



Acesse o PDF da Sinopse de Notícias no [site da 7ª CCR](#) e na [Intranet](#)

**Terça-feira
(08/05)**

Manchetes

O Globo: Milícias do Rio têm até sistema de 'franquias', agora

Estadão: Jungmann planeja reuniões com CNJ e CNMP para tratar de situação penitenciária

EXTRA: Presidente da Comissão de Segurança da OAB-RJ aponta ilegalidade em ato do interventor

Tribuna do Norte: RN tem R\$ 38,5 milhões do fundo penitenciário nacional 'parados'

Em Tempo: FDN propõe pagamento pela execução de policiais e juízes no AM

G1: União transfere aos Estados R\$ 1,8 bilhão em 2 anos para modernizar presídios, mas nenhuma vaga é criada, aponta TCU

Síntese das principais notícias

Controle Externo

Sistema de franquias: O **Globo** informa que integrantes da cúpula da Polícia do Rio de Janeiro informaram, durante reunião fechada na Assembleia Legislativa, que no Estado existe até sistema de franquias das milícias. De acordo com a cúpula, milicianos da Zona Oeste carioca, envolvidos com a exploração de transporte de vans, oferecem a expertise no negócio, além de apoio externo, a quem deseja implantar esse tipo de empreendimento na Baixada Fluminense.

Verba para intervenção: **Jornal do Brasil** informa que a intervenção federal na segurança do Rio de Janeiro ainda não recebeu o fundo de R\$ 1,2 bilhão prometido por Michel Temer. De acordo com a Medida Provisória (MP) publicada no Diário Oficial no dia 28 de março, os recursos são oriundos de cortes no orçamento de ministérios e órgãos do Executivo (R\$ 1 bilhão) e da Câmara dos Deputados (R\$ 200 milhões). Mais de 40 dias após a publicação da medida, no entanto, um extrato do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) revela que o montante ainda não foi sequer empenhado.



A mesma informação é confirmada por meio de consulta ao Tesouro Gerencial, sistema informatizado da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda.

Influência de políticos: O ministro da Segurança Pública, Raul Jungmann, afirmou na última segunda-feira (7) que os responsáveis pela intervenção federal no setor da segurança do Rio de Janeiro encontraram ao menos 60 operações prontas para serem deflagradas na Polícia Civil - antes do início da intervenção -, mas boa parte delas não foi realizada por conta de possível repercussão política. Jungmann citou a influência política sobre as operações ao enumerar os problemas enfrentados pela intervenção federal. O ministro também citou como problemas a corrupção, a falta de equipamentos e treinamento adequado para os policiais. Notícia do **UOL**.

Segurança pública: Prevista para durar 10 anos, a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS) pode ser votada, na próxima quarta-feira (9), pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Os estados, o Distrito Federal e os municípios terão dois anos para elaborar e implantar seus planos de segurança, enquanto as ações projetadas em âmbito nacional serão avaliadas anualmente. Demanda estabelecida pela Constituição Federal, esse conjunto de políticas integra projeto de lei da Câmara (PLC 19/2018), de iniciativa da Presidência da República, com aprovação recomendada pelo relator, senador Antonio Anastasia. Notícia do **Senado**.

Sistema Prisional

Situação penitenciária: O ministro da Segurança Pública, Raul Jungmann, afirmou, na última segunda-feira (7), que irá se reunir com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) para discutir propostas em torno da situação penitenciária brasileira. A reunião oficial entre os órgãos irá ocorrer depois da finalização do Censo Penitenciário, o que deve sair entre o final de maio e início de junho, de acordo com o ministro. Jungmann também destacou que pretende realizar uma conversa com universidades para tratar sobre projetos para a área de segurança pública no Brasil. Notícia do **Estadão**.



Racionamento de água: O **Globo** informa que os presídios, cadeias e hospitais penitenciários de Niterói e Campos dos Goytacazes podem ter o abastecimento de água prejudicado devido a dívidas da Secretaria Estadual de Administração Penitenciária (Seap). As concessionárias Águas de Niterói e Águas do Paraíba, ambas do Grupo Águas do Brasil, responsáveis pelo fornecimento nessas cidades, afirmam que estão sem receber regularmente da secretaria há mais de três anos.

Ilegalidade em decreto: **EXTRA** noticia que o presidente da Comissão de Segurança da OAB-RJ, Breno Melaragno Costa, aponta que a decisão do interventor federal de reestruturar unidades prisionais por meio de decreto é ilegal. Na última quinta-feira (3), o general publicou no Diário Oficial determinação que altera que tipo de detento ficará em 12 unidades no estado do Rio. Em alguns casos estabeleceu a figura do "presídio", não prevista na Lei de Execução Penal, que aceitaria tanto presos provisórios quanto presos condenados. De acordo com Melaragno, a lei federal é muito clara ao determinar que deve-se separar os presos provisórios dos que já estão cumprindo pena.

Acusado interrogado: A juíza da 1ª Vara Criminal, Elisabeth Kather, colheu na segunda-feira (7) o interrogatório de Higor Salles, um dos sete acusados de planejar o atentado que vitimou o agente da PEL 2 (Penitenciária Estadual de Londrina), Thiago Borges de Carvalho, e deixou outros três funcionários do SOE (Serviço de Operações Especiais) do Depen (Departamento Penitenciário do Paraná) feridos em dezembro de 2016. Para o Ministério Público, Salles seguiu o carro onde estavam os servidores estaduais do presídio até a avenida Guilherme de Almeida, onde o ataque aconteceu. Esta foi a segunda audiência do processo. Na primeira, realizada em abril, 11 agentes penitenciários prestaram depoimento à Justiça. Notícia da **Folha de Londrina**.

Fugas no Acre: Em menos de 10 meses, mais de 80 detentos conseguiram fugir de presídios de quatro cidades do Acre, segundo levantamento feito pelo **G1**. Desde julho do ano passado, foram registradas ao menos 11 fugas. O Instituto de Administração Penitenciária do Acre (Iapen-AC) informou que está fazendo uma reestruturação no sistema penitenciário e deve investir R\$ 50 milhões na criação de 2,2 mil novas vagas nas unidades para coibir novas fugas até o fim de 2018.



Novas contratações: G1 informa que agentes penitenciários cobraram, durante uma audiência pública a contratação de novos servidores para reforçar a segurança nos presídios após a fuga de mais de 80 presos em menos de dez meses. O Iapen-AC informou que estuda, junto ao governo, a possibilidade de contratação de novos agentes, mas não há nada confirmado.

Verbas não utilizadas: G1 informa que o Fundo Penitenciário Nacional (Funpen) repassou, em 2016 e 2017, R\$ 1,8 bilhão para todos os 26 Estados e o Distrito Federal investirem na construção de novas vagas e na modernização de presídios, de acordo com o relatório de auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU) aprovado na semana passada. Mas, segundo o relatório, nenhuma vaga foi aberta nesse período. A transferência do dinheiro é feita fundo a fundo – do Fundo Penitenciário Nacional para os fundos penitenciários estaduais. Os Estados precisam criar projetos e apresentá-los para validação pelo Departamento Penitenciário Nacional (Depen), mas, devido à falta de projetos, o dinheiro ficou parado nos fundos estaduais, segundo o relatório do TCU.

Fundos 'parados': Tribuna do Norte informa que a auditoria do sistema penitenciário brasileiro do Tribunal de Contas da União (TCU), que busca inspecionar tanto a gestão operacional quanto a infraestrutura das penitenciárias, concluiu que a implementação do Plano Nacional de Segurança Pública, anunciada em fevereiro de 2017, ainda é tímida – das 214 ações previstas no Plano, 109 ainda não foram anunciadas. O documento também apontou que o Rio Grande do Norte utilizou apenas 13,97% dos R\$ 44.784.444,44 recebidos do Governo Federal em dezembro de 2016: sendo que dos R\$ 31,944 milhões destinados à geração de vagas prisionais, o RN executou 9,94% da verba; enquanto dos R\$ 12,840 milhões repassados para modernizar e aparelhar o sistema, 24% foram utilizados. Os recursos eram oriundos do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen). Ou seja: 38,525 milhões estariam parados.

Esvaziamento de facção: O esvaziamento da facção criminosa Amigos dos Amigos (ADA) fez a Secretaria de Administração Penitenciária do Rio (Seap) reorganizar a divisão de detentos em três unidades prisionais do Complexo de Gericinó, na Zona Oeste do Rio. A mudança aconteceu porque grande parte dos integrantes da quadrilha passaram a integrar outra facção, o Terceiro Comando Puro (TCP). Na última sexta-feira (4), cerca de



1.100 presos que continuam integrando a ADA e estavam na Penitenciária Jonas Lopes de Carvalho, Bangu 4, foram realocados na Penitenciária Lemos Brito, Bangu 6, que abrigava detentos do TCP. Por outro lado, Bangu 4 recebeu cerca de 2.500 detentos do TCP que estavam em Bangu 6 e na Cadeia Pública Pedro Melo da Silva. Notícia do **EXTRA**.

Execuções de policiais: **EM TEMPO** noticia que, em Manaus, uma mensagem atribuída à facção criminosa Família do Norte (FDN), distribuída na última segunda-feira (7), propõe pagamentos pelas mortes de policiais militares, integrantes da Ronda Ostensiva Cândido Mariano (Rocam), delegados da Polícia Civil, promotores e até mesmo juízes do estado. No comunicado, o autor da mensagem diz que os “irmãos número 1 e número 2 estão muito tristes com a Justiça do Amazonas”. Supostamente, o número 1 e 2 seriam os narcotraficantes João Pinto Carioca, o “João Branco”; e José Roberto Fernandes, o “Zé Roberto da Compensa”, detidos desde 2014 e 2016, respectivamente. Os valores variam entre R\$ 10 mil e R\$ 100 mil, e ainda há um prêmio pelas mortes de juízes e promotores: cargos no conselho gestor da FDN.

Notícia correlata

Submetralhadora: Folha de S. Paulo informa que a arma usada para assassinar a vereadora Marielle Franco e seu motorista, Anderson Gomes, em 14 de março, no centro do Rio de Janeiro, foi uma submetralhadora. Inicialmente, a polícia analisou a possibilidade de os tiros terem sido disparados de uma pistola, mas a hipótese foi descartada. A munição de calibre 9 mm pode ser usada tanto em pistolas como em submetralhadoras. Porém, quando é disparada de uma submetralhadora seu poder destrutivo é maior — assim como a cadência de tiros.